

| | | | | |
|------------------------------------|---|---------------------------------------|----------|--------------|
| CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 358/2019 | | Prova: 1 - PROVA OBJETIVA | | |
| UFMG - PROCESSOS SELETIVOS | | Banca: 10 - LEGISLAÇÃO NÍVEL SUPERIOR | | |
| Nível | | Questão | Caderno | Inscrição |
| NÍVEL E | BH02 ENGENHEIRO DE SEGURANÇA NO TRABALHO | 13 | 1 | 73150 |

Fundamentação

Conforme a Lei 8.112 de 1990, em seu artigo 144:

"Art. 144. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto."

Não há menção de ser arquivada por três meses, conforme alternativa "b", considerada correta pelo gabarito. Conforme este mesmo artigo, a alternativa correta da questão é a "c":

"c) Desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, as denúncias sobre irregularidades, confirmada a autenticidade, serão objeto de apuração."

Portanto, o gabarito deve ser modificado para a alternativa "c".

Análise

Decisão **Indeferido**

Conclusão **Manter o gabarito**

Prezado (a) candidato (a),

A questão que foi apontada no recurso não tem relação com o que foi descrito. Sendo assim, segue a explicação das duas questões envolvidas.

Em resposta ao recurso apresentado, prestamos as informações que se seguem:

A questão 13 tem como gabarito correto a letra B, conforme explicações:

A alternativa A está incorreta, pois conforme Resolução 04/1999, Art. 26, § 1º, CAPÍTULO II, Do Reitor. O Reitor terá mandato de 4 (quatro) anos, contados de sua posse, permitida uma recondução

A alternativa B está Correta, pois conforme Resolução 04/1999, Art. 27, II. CAPÍTULO II, Do Reitor. II - Integrarão a lista tríplice os candidatos que obtiverem, pelo menos, a maioria absoluta de votos dos membros dos órgãos congregados.

A alternativa C está incorreta, pois conforme Resolução 04/1999, Art. 26, § 3º, CAPÍTULO II, Do Reitor. Tem que estar em efetivo exercício.

A alternativa D está incorreta, pois conforme Resolução 04/1999, Art. 26, § 2º, CAPÍTULO II, Do Reitor. § 2º A lista tríplice de docentes, pela ordem de votos obtidos, será encaminhada à autoridade competente até 60 (sessenta) dias antes de extinto o mandato do Reitor em exercício ou, nos demais casos de vacância, dentro dos 60 (sessenta) dias subsequentes à vaga.

Dessa forma, somos pelo INDEFERIMENTO do recurso apresentado.

Por sua vez, a QUESTÃO 12 tem como gabarito correto a letra C

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 145, Da sindicância poderá resultar: I - arquivamento do processo; II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias; III - instauração de processo disciplinar.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 144, parágrafo único, quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

A Alternativa Correta C está correta, pois de acordo com a Lei 8112/9, Art. 144, as denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 146, sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Dessa forma, somos pelo INDEFERIMENTO do recurso apresentado.

| | | | | |
|------------------------------------|---|---------------------------------------|----------|--------------|
| CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 358/2019 | | Prova: 1 - PROVA OBJETIVA | | |
| UFMG - PROCESSOS SELETIVOS | | Banca: 10 - LEGISLAÇÃO NÍVEL SUPERIOR | | |
| Nível | | Questão | Caderno | Inscrição |
| NÍVEL E | BH02 ENGENHEIRO DE SEGURANÇA NO TRABALHO | 14 | 1 | 73231 |

Fundamentação

Questão 14 passível de anulação, pois não existe alternativa correta.

Fundamentação:

A alternativa A, considerada pela banca como correta, afirma que A) O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos expressamente na lei (...), porém conforme o § 5º da Lei 8.112:

O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento.

Os artigos citados são relativos aos seguintes afastamentos e licenças:

Art. 83 -> Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 84 -> Da Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge

Art. 86 -> Da Licença para Atividade Política

Art. 96 -> Do Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior

Além da participação em curso de formação

Portanto o estágio probatório não ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos expressamente na lei, mas somente no caso dos artigos citados anteriormente, invalidando a afirmação feita pela alternativa A.

Solicitação:

Ante ao exposto, é solicitada a anulação da questão objeto do presente recurso por inviabilização de compatibilidade da realidade normativa com as opções concedidas pela banca.

Análise

Decisão **Indeferido**

Conclusão **Manter o gabarito**

Prezado (a) candidato (a),

Em resposta ao recurso apresentado, prestamos as informações que se seguem:

A alternativa A está correta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 20, § 5º estabelece que o estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos Arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96. O Art. 84, citado como exemplo, define que poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 91, a critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 20, § 3º, o servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 20, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: I - assiduidade; II - disciplina; III - capacidade de iniciativa; IV - produtividade; V - responsabilidade.

Dessa forma, somos pelo INDEFERIMENTO do recurso apresentado.

| | | | | |
|------------------------------------|---|---------------------------------------|----------|--------------|
| CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 358/2019 | | Prova: 1 - PROVA OBJETIVA | | |
| UFMG - PROCESSOS SELETIVOS | | Banca: 10 - LEGISLAÇÃO NÍVEL SUPERIOR | | |
| Nível | | Questão | Caderno | Inscrição |
| NÍVEL E | BH02 ENGENHEIRO DE SEGURANÇA NO TRABALHO | 14 | 1 | 74068 |

Fundamentação

Segundo a redação da lei 8112/1990:

Art. 20 § 4º Ao servidor em estágio probatório some nte poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

§ 5º O estágio probatório ficará suspenso durante a s licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento.

Dessa forma, algumas licenças e afastamentos não suspendem o estágio probatório. É o caso das licenças presentes nos artigos 81 (I - por motivo de doença em pessoa da família; II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III - para o serviço militar; IV - para atividade política), 94 (para exercício de mandato eletivo) e 95 (para Estudo ou Missão no Exterior).

Dessa forma, a resposta da letra A da questão 14 está INCORRETA. Não havendo alternativa correta para responder a questão, ela deveria ser ANULADA.

Análise

Decisão **Indeferido**

Conclusão **Manter o gabarito**

Prezado (a) candidato (a),

Em resposta ao recurso apresentado, prestamos as informações que se seguem:

A alternativa A está correta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 20, § 5º estabelece que o estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos Arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96. O Art. 84, citado como exemplo, define que poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 91, a critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 20, § 3º, o servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 20, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguinte fatores: I - assiduidade; II - disciplina; III - capacidade de iniciativa; IV - produtividade; V- responsabilidade.

Dessa forma, somos pelo INDEFERIMENTO do recurso apresentado.

| | | | | |
|------------------------------------|---|---------------------------------------|----------|--------------|
| CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 358/2019 | | Prova: 1 - PROVA OBJETIVA | | |
| UFMG - PROCESSOS SELETIVOS | | Banca: 10 - LEGISLAÇÃO NÍVEL SUPERIOR | | |
| Nível | | Questão | Caderno | Inscrição |
| NÍVEL E | BH02 ENGENHEIRO DE SEGURANÇA NO TRABALHO | 14 | 1 | 74086 |

Fundamentação

A questão apresenta duas respostas incorretas podendo a alternativa A também ser resposta para a questão. Na alternativa A quando diz: O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos expressamente na lei, como, por exemplo, licença para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional. O que se entende é que o estágio ficará suspenso durante todas as licenças e afastamentos previstos na lei o que não é verdade, uma vez que o estágio probatório só fica suspenso para as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96;

Análise

Decisão **Indeferido**

Conclusão **Manter o gabarito**

Prezado (a) candidato (a),

Em resposta ao recurso apresentado, prestamos as informações que se seguem:

A alternativa A está correta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 20, § 5º estabelece que o estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos Arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96. O Art. 84, citado como exemplo, define que poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 91, a critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 20, § 3º, o servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com a Lei 8112/90, Art. 20, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: I - assiduidade; II - disciplina; III - capacidade de iniciativa; IV - produtividade; V - responsabilidade.

Dessa forma, somos pelo INDEFERIMENTO do recurso apresentado.

| | | | | |
|------------------------------------|---|---------------------------------------|----------|--------------|
| CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 358/2019 | | Prova: 1 - PROVA OBJETIVA | | |
| UFMG - PROCESSOS SELETIVOS | | Banca: 10 - LEGISLAÇÃO NÍVEL SUPERIOR | | |
| Nível | | Questão | Caderno | Inscrição |
| NÍVEL E | BH02 ENGENHEIRO DE SEGURANÇA NO TRABALHO | 15 | 1 | 73795 |

Fundamentação

A questão não apresenta gabarito correto, as assertivas I e II são corretas. Questão deve ser anulada.

Na assertiva I:

I - Os servidores técnicos e administrativos têm por atividades as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao cumprimento dos objetivos institucionais, sendo vedadas as atividades de direção, chefia, coordenação, assessoramento que são exclusivas dos docentes.

O trecho que são exclusivas dos docentes, exerce função sintática de Oração Adjetiva Restritiva, visto que não apresenta vírgula antes do que.

Tal interpretação leva a considerar que determinadas atividades de direção, chefia, coordenação e assessoramento são exclusivas dos docentes, o que de fato ocorre.

Embora o corpo técnico e administrativo possa exercer tais atividades, algumas são exclusivas do corpo docente, como a direção de unidade acadêmica, coordenação de curso, entre outras.

Análise

Decisão **Indeferido**

Conclusão **Manter o gabarito**

Prezado (a) candidato (a),

Em resposta ao recurso apresentado, prestamos as informações que se seguem:

A alternativa I está incorreta, pois de acordo com a resolução nº 04/99, Art. 83, inciso I e II, o corpo técnico e administrativo da Universidade tem por atividades:

I - as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao cumprimento dos objetivos institucionais;

II - as inerentes ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência na própria Instituição. (RESOLUÇÃO 04/99, 4 DE MARÇO DE 1999).

A alternativa II está correta dado que a resolução nº 04/99, Art. 84, os servidores técnicos e administrativos estarão representados nos seguintes órgãos colegiados: Conselho Universitário, Conselho de Curadores, Conselho de Diretores, Conselho Diretor de Órgão Suplementar, Congregação de Unidade Acadêmica, Câmara Departamental e Assembleia do Departamento ou estrutura equivalente a este. (RESOLUÇÃO 04/99, 4 DE MARÇO DE 1999).

A alternativa III está incorreta, pois de acordo com a resolução nº 04/99, Art. 84, § 1º, A representação dos servidores técnicos e administrativos será de até 15% (quinze por cento) dos membros docentes dos órgãos colegiados referidos no caput deste artigo, respeitando-se sempre a exigência mínima de 70% (setenta por cento) para os membros docentes e, no que couber, a de 1/5 (um quinto) dos docentes para a representação discente. (RESOLUÇÃO 04/99, 4 DE MARÇO DE 1999).

Dessa forma, somos pelo INDEFERIMENTO do recurso apresentado.